

O ensino da Língua Portuguesa – origens e relações

Moisés José Rosa Souza¹

Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Rondônia

Nair Ferreira Gurgel Amaral²

Universidade Federal de Rondônia

Resumo: Este artigo trata do ensino da Língua Portuguesa no Brasil. Para isso, retoma criticamente as origens do idioma trazido pelos portugueses e expõe as relações do Português com outras línguas, sobretudo a partir das reformas implantadas por Marquês de Pombal, no século XVIII. Reflete o percurso político-ideológico a que o ensino esteve sujeito até o final do século XX, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1998. Esta pesquisa fundamentou-se numa revisão bibliográfica e a abordagem analítica ampara-se nos aspectos qualitativos, discutida à luz do que os teóricos disseram. Deste estudo, foi possível reler o passado do ensino do Português e reconhecer as etapas por que passou. Refletir sobre isso, possibilitou compreender que houve avanços nesse ensino, principalmente no que se refere à superação do

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, graduado em Letras e Pós-Graduado, em Nível de Especialização, em Língua Portuguesa pela mesma Instituição. Líder do Grupo de Estudos Integrados sobre Linguagem, Educação e Cultura – GEAL. É professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Rondônia, *Campus Colorado do Oeste*. E-mail: moisesjoserosasouza@hotmail.com

² Doutora em Linguística com Pós-doutorado em Educação. Líder do Grupo de Estudos Integrados sobre Linguagem, Educação e Cultura – GEAL. Docente lotada no Departamento de Línguas Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR e integrante do corpo de docentes permanentes dos Mestrados Acadêmicos em Educação e em Letras. E-mail: nairgurgel@uol.com.br

aspecto puramente gramatical para um mais voltados às práticas de linguagem. Avanços houve, mas muito, ainda, precisa ser feito para que o ensino alcance uma dimensão que considere a língua organismo vivo, dinâmico e social, longe das amarras perpetradas gramática normativa.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; ensino; gramática; práticas linguísticas.

Title: The teaching of the Portuguese Language – origins and relationships

Abstract: This article deals with the teaching of the Portuguese Language in Brazil. In order to do so, it critically revisits the origins of the language brought by the Portuguese and exposes the relations of Portuguese with other languages, especially from the reforms implemented by Marquis of Pombal in the 18th century. It reflects the political-ideological course to which the teaching was subject until the end of the XX century, with the National Curricular Parameters, in 1998. This research was based on a bibliographical revision and the analytical approach is based on the qualitative aspects, discussed in light Than the theorists said. From this study, it was possible to reread the past of teaching Portuguese and to recognize the stages by which it passed. Reflecting on this, made it possible to understand that there have been advances in this teaching, especially in regard to overcoming the purely grammatical aspect for a more language-oriented practices. Advances have been made, but much still needs to be done so that the teaching reaches a dimension that considers the language alive, dynamic and social organism, away from the moorings perpetrated normative grammar.

Keywords: Portuguese; education; grammar; linguistic practices.

Introdução

Uma nação pode ser evoluída econômica, social e politicamente; talvez até se orgulhe dessa condição a ponto de acreditar que isso seja condição suficiente para mais desenvolvimentos e conquistas. Talvez, mas, um povo que deseja ser e/ou manter-se forte não pode esquecer-se de sua cultura, tampouco deixar de produzi-la. E ao falar em cultura, é

imprescindível, aqui neste trabalho, mencionar a maior delas: a língua. A língua é a maior cultura de um povo porque ela é, a um só tempo, matéria-prima para haver cultura², elemento de propagação de ações, tradições e saberes que, juntos, denotam cultura e, sobretudo, veículo disseminador das múltiplas manifestações de um povo. A língua é condição imprescindível para a ascensão de um povo. Logo, é necessário tratá-la com relevância, reconhecendo suas normas e desvios como possibilidades para interação, compreensão e expressão do que nos cerca.

Neste contexto, língua é assunto que não se esgota, logo o seu ensino praticado pela escola precisa ser sempre pauta de debates e estar no bojo das pesquisas afins. Neste trabalho, com intuito compreender, mesmo minimamente, a realidade atual do ensino do português na escola, há um resgate histórico quando da sua implantação como língua oficial do Brasil, da relação com as línguas que existentes, destacando sua efetivação como disciplina de ensino, inicialmente trabalhada sob viés eminentemente gramatical. Assim, dividimo-lo em três seções.

Na primeira seção, aludimos à realidade da Língua Portuguesa, da Colonização até meados do século XVIII, sua a relação com as demais línguas aqui presentes, culminando com a oficialização do português no Brasil, oriunda das reformas implementadas por Pombal. A segunda traz a realidade do ensino daquela época e sua evolução no tempo com a incontestante presença da gramática em sua efetivação.

Por fim, expusemos o ensino da Língua no momento anterior à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – em 1998, refletindo, sobretudo, as mudanças havidas na segunda metade do século XX. Nas Considerações Finais, há uma reflexão acerca da necessidade de se conhecer o percurso pelo qual passou a Língua e seu ensino no Brasil. Isso se faz necessário, para que se pretenda promover mudanças, cada vez mais profundas, capazes de potencializar o aluno a alcançar sua autonomia como cidadão por meio de sua língua materna.

² O significado de Cultura, aqui pretendido, se dá como sinônimo de ‘civilização’, cujos conhecimentos são adquiridos socialmente (LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LCT, 2008, p.224).

A Língua Portuguesa no Brasil: o começo de tudo

A relação da Língua Portuguesa com as Línguas Indígenas

A Língua Portuguesa, hoje falada por mais de 240 milhões de pessoas, foi implantada no Brasil com a chegada e permanência dos portugueses, a partir do ano de 1500 e nas primeiras décadas que se seguiram à época da colonização. Vale ressaltar que essa implantação, embora não tenha acontecido de forma radical inicialmente, tampouco foi fácil, sem conflitos e contradições. Isso se justifica, posto que, nesta terra, chamada inicialmente de *Ilha de Vera Cruz* por Pedro Álvares Cabral, já havia povos que falavam várias línguas. Ilari & Basso (2009), amparados no que dizem os especialistas, afirmam, que, quando os portugueses chegaram, havia no território uma população estimada em seis milhões de indígenas e, entre eles, falavam-se aproximadamente 340 línguas.

Naquele período, a saber: com a chegada dos jesuítas em 1549, sob a responsabilidade do Governo de Tomé de Souza, os portugueses foram aprendendo os dialetos e idiomas indígenas; isto é, as línguas nativas foram objeto de estudos para estabelecer contato com os índios e, assim, consolidar os interesses políticos e econômicos da Coroa e abrir espaço para a Igreja propagar a fé cristã aos novos povos conquistados. Dessa disposição para compreender o que os nativos falavam e poder interagir com eles, adotou-se a Língua Geral. Como nos mostram Naro & Scherre (2007, p.144), quando afirmam que nos séculos XVI e XVII:

[...] já existia a língua geral de base lexical tupi, [que era capaz de preencher as necessidades comunicativas mais prementes de forma plenamente satisfatória. O uso da língua geral é largamente atestado na documentação histórica relativa ao Brasil [...].

Essa adoção das “línguas gerais” foi possível pelo fato de as línguas nativas pertencerem, em sua maioria, ao tronco tupi-guarani e apresentarem, certa uniformidade Ilari & Basso (2009, p.62), isso facilitou, portanto, atender as intenções dos colonizadores e da Igreja. O português era posto como língua oficial, utilizado nos documentos da administração pública, ao passo que as línguas gerais eram usadas para as demais

interações entre os habitantes. Esse multilinguismo existente no período não impediu que a Coroa e a Companhia de Jesus alcançassem seus objetivos: exploração econômica e instrução católica, respectivamente.

Temporalmente adiante, na realidade desta até então colônia de Portugal, nos aspectos linguísticos, somam-se às línguas nativas diversas línguas africanas e europeias, como o espanhol e o holandês, trazidas pelos demais povos que aqui chegaram. Esse ambiente, em que várias línguas são usadas, pode plenamente ser chamado de *multilinguismo*. De todas as línguas aqui presentes no período, além das indígenas, é preciso destacar outras duas: a primeira, a língua africana, inicialmente vinda com os africanos escravizados, à época da expansão da escravatura, propagou-se entre os demais habitantes e influenciou no enriquecimento do português falado no Brasil; a outra, o espanhol, pois nessa época era recorrente seu uso tanto no interior do território como em seu entorno, visto que as colônias sul-americanas e seus limites foram definidos mais uma vez a partir do Tratado de Madri, consolidado por Portugal e Espanha em 1750. Essas línguas coexistiram no mesmo espaço e por certo período de tempo mais ou menos sem grandes problemas com o português falado pelos primeiros colonizadores e imigrantes. A respeito da relação da Língua Portuguesa com as demais línguas no país encontradas, muito bem define Guimarães (2005,p.24) ao afirmar que“Aqui ela entra em relação, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, as línguas indígenas, e acaba por tornar-se, nessa nova geografia, a língua oficial e nacional do Brasil”.

É pertinente afirmar que esse contato do português com as várias línguas no processo inicial da colonização do território resultou em mudanças, as quais, hoje, configuram enriquecimento da nossa língua. Spina (2008, p.280), em seu livro *História da Língua Portuguesa*, resume splendidamente a situação supracitada:

A partir de meados do século XVI a língua portuguesa passa por grandes transformações, enriquecendo seu acervo lexical, disciplinando suas estruturas, competindo com a língua irmã, o espanhol, e expandindo-se para fora do seu domínio continental. Enriquecimento, disciplina gramatical, emulação com o castelhano

e expansão da língua, principalmente a falada, para os povos conquistados – eis a fisionomia do português nessa época.

Como se nota, a partir do século XVI até a oficialização do Português no século XVIII, não se pode afirmar que havia uma língua definida, uma vez que, apesar de o português ser a língua oficial da administração, não o era nas demais ações dos que ali se encontravam. Além do português e das línguas nativas, havia também o latim usado sobremaneira pelos jesuítas para o ensino catequético. Se a língua geral foi possível graças a certa uniformidade entre algumas línguas nativas, o mesmo não se pode dizer do português. Com essa realidade, fica difícil imaginar ter havido espaço para a hipótese de unidade no início de nossa história linguística. Dessa realidade, equivale afirmar que a Língua Portuguesa estabeleceu no Brasil muito mais na diversidade que de modo uniforme e competiu com as várias línguas, com as quais entrou em contato, delas recebendo influências. Sobre isso, Spina (2008, p.294) expõe:

Como consequência da expansão navegatória, da colonização e do comércio, com os povos conquistados, da catequese das comunidades gentias, a língua portuguesa não só se espalhou pelo mundo descoberto, como se tornou suscetível à influência das línguas exóticas.

Também Naro & Scherre (2007, p.29) esclarecem que “O quadro linguístico inicial que surge então é o de uma comunidade em que as línguas dos diversos grupos se influenciavam, principalmente através do aprendizado de segundas línguas por falantes não nativos adultos”.

Na verdade, parece bastante provável que esse multilinguismo presente na época não foi tão problemático a ponto de inviabilizar as intenções dos que aqui chegaram. A adoção da língua geral, na colônia, paralelamente ao português, serviu, sobretudo, para os jesuítas, que a estudaram e a documentaram para a catequização dos índios. A importância dada a ela pelos jesuítas, com vistas a efetivar os propósitos da Igreja nesse período e espaço territorial, foi tão grande a ponto de o padre José de Anchieta registrá-la em sua *Arte de gramática da língua mais usada na costado Brasil*, como menciona Souza (2011, p.36-37):

Prova disso é o fato de terem (os jesuítas) abandonado o uso do português e terem se dedicado à aprendizagem da “língua da terra” para melhor exercerem sua função clerical. [...] Chegaram os jesuítas a um nível tal de competência da língua tupi que não necessitavam mais de tradutores, os chamados “línguas”, para conduzirem a sua obra missionarística.

É possível dizer que tanto Anchieta, quanto os demais envolvidos na missão evangelizadora, como os colonizadores com intenções várias, entenderam que, por meio dela, podiam, a um só tempo, estreitar a diversidade cultural linguística existente entre eles e os colonizados, avançar território afora em busca de riquezas e de mão de obra e divulgar (ou impor) novos valores por meio dos ensinamentos cristãos. Nota-se que, mesmo não sendo oficial, a língua tupi se destacou tanto, a tal ponto de quase suplantar, pelo menos na intenção evangelizadora propagada pelos jesuítas, a língua portuguesa. Isso reforça a tese segundo a qual uma língua se expande muito mais em virtude do uso que se faz dela do que por meio das intenções dos que a tentam impor por meio de instrumentos vários.

Nessa configuração de interação, por meio do latim e da língua geral, sob a responsabilidade dos jesuítas da Companhia de Jesus, foi possível o ensino das Primeiras Letras. Vale ressaltar que esse ensino objetivava a propagação da fé cristã e, para os nativos, estava quase restrita ao aprender dos rudimentos da leitura e da escrita.

O *nheengatu* – resultado da relação entre as línguas

Como já citado, a língua geral resultou de certas semelhanças e uniformidades entre algumas línguas nativas e passou a ser considerada a *língua franca*, isto é, largamente usada como objeto de comunicação entre os que habitavam o mesmo espaço; já o português continuava como a língua oficial da administração. É possível imaginar que, sem grandes problemas, cada uma cumpria seu papel específico e foi assim por certo tempo. Os efeitos da colonização e o desejo de exploração e expansão do território fizeram com que se acentuasse o convívio entre inúmeros povos

de cultura e lugares diferentes. Dessa relação mais próxima e da necessidade de se entenderem, surge uma língua que os estudiosos chamaram de *nheengatu*, termo que significa “língua boa”. Segundo Ilari & Basso (2009, p.51), essa língua é resultado de uma espécie de fusão do português com as línguas indígena e africana e foi se alastrando à proporção que os trabalhadores avançavam território afora. Mesmo sendo de interesse e patrocínio da Coroa Portuguesa, os agentes que executavam as tarefas não eram portugueses típicos e sim mestiços, índios e negros, falantes de uma língua que não era exatamente o português lusitano, mas uma variante com “fortíssimas influências das línguas indígenas e africanas”.

Segundo José de Souza Martins, professor da Universidade de São Paulo – USP – ligado ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, e colunista no jornal O Estado de S. Paulo (2003), nós “Tivemos uma língua brasileira até o século 18”, e “Só os portugueses, que eram estrangeiros, falavam português.” Quanto ao *nheengatu*, o professor afirma ser “Uma língua de travessia, não é português, nem índio, eram ambas”. Insistindo nessa questão, nessa “travessia” de que fala o professor, somam-se também as influências de inúmeras outras línguas, como as africanas e a francesa. Dada sua importância e uso, sobretudo pelos não-portugueses de nascimento, o *nheengatu* passa a ser a língua usada para a catequese em grande parte da região colonizada, especificamente na amazônica.

Mesmo com a proibição do uso da língua geral, devido à imposição do português como oficial, em decorrência das reformas implantadas por Marquês de Pombal no século XVIII em Portugal e extensivas às suas colônias e por todas as mudanças linguísticas ocorridas nos séculos XIX e XX, o *nheengatu* sobrevive até nossos dias, sobretudo nos países localizados na bacia do rio Negro, como Venezuela, Colômbia e Brasil.

Neste país, Ilari & Basso (2009, p.51) relatam que em São Gabriel da Cachoeira, município com pouco mais de 50 mil habitantes, localizado na Amazônia brasileira, parte da população, cerca de oito mil pessoas, usa o *nheengatu* normalmente. Como se nota, essa língua resiste ao tempo e,

juntamente com outras duas línguas indígenas: o tucano e a baniua, foi elevada à condição de língua cooficial no município amazônico, pela lei municipal nº 145/2002. Os autores, assim, esclarecem:

O *nheengatu* foi a língua geral da catequese do norte e nordeste do Brasil. Desenvolveu-se no Maranhão XVII e foi levado durante a conquista portuguesa da Amazônia a regiões onde não era nativo, sendo falado até hoje no curso médio do rio Negro.

Somam-se à presença atual do *nheengatu* em alguns lugares brasileiros, as línguas usadas por comunidades indígenas que resistiram e resistem ao tempo e as inúmeras palavras de origem indígena que contribuíram para a formação do léxico português usado atualmente no Brasil. Diante dessa situação, é imperativo considerar a força e a importância das línguas indígenas para a formação da nação brasileira tal qual a conhecemos hoje.

A Língua Portuguesa como Língua oficial do Brasil

A relação do português com as línguas usadas no Brasil por nativos, africanos escravizados e imigrantes advindos de Portugal e de outros países europeus perdurou da época da colonização até meados do século XVIII. A realidade portuguesa no período era um tanto quanto problemática, uma vez que não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento dos demais países europeus. Se no século XV, a nação lusa foi uma das pioneiras das grandes navegações, colonizando territórios na África, Ásia e América, dois séculos depois já não contava com o prestígio de outrora, chegando a ficar sob domínio espanhol por sessenta anos (1580-1640). Massaud Moisés (2006, p.71), em seu livro *A literatura portuguesa*, mesmo tendo como foco na arte literária, contextualiza esse período histórico e traduz magistralmente a realidade portuguesa:

Extenso mas não intenso lapso de tempo: na fileira de uma comoção geral, provocada pelo senhorio castelhano e pelo movimento europeu das ideias, em torno da Reforma e da Contra-Reforma, a cultura portuguesa baixa o tom, vela-se, hiberna,

envergonhada ou ensimesmada, a remoer pensamentos de revolta ou de misticismo, algumas vezes traduzidos em ação, coerente ou não.

Portugal restaurou sua independência com a ascensão da Dinastia de Bragança e, no século XVIII, principalmente no reinado de D. João V (1707-1750), em que se propõe reformar o ensino, tendo como base as ideias iluministas, almejando não ficar à margem da história. Adiante, novamente Moisés (2006, p.95) diz que “Portugal, malgrado o peso morto duma tradição ideológica fundada em dogmas e princípios imutáveis, não raro de estrutura medieval, conseguiu acompanhar o fluxo dessas mudanças”.

D. João V havia sido um rei dedicado a tirar a nação portuguesa do marasmo e do atraso, pretendia “iluminar a Nação em tudo o que pudesse” Pinto (2008, p.359). Após sua morte, Portugal passa a ser governado por seu filho, D. José I. As mudanças efetivadas pelo rei anterior, aliadas às que viriam a ser implantadas por seu filho e sucessor, culminaram com fortalecimento da Nação Portuguesa. Dentre as mudanças que mais interessam a este trabalho estão as relativas ao contexto educacional, consolidadas pelo ministro Marquês de Pombal.

Mesmo o português sendo a língua oficial em Portugal, o latim ocupava grande espaço, sobretudo no ensino. De acordo com Paiva (2008), talvez porque era tido como língua internacional, responsável pela propagação das concepções filosóficas e científicas. Em sua maior e mais rendosa colônia, o Brasil, a situação em que se encontrava a língua lusitana não era diferente, por aqui era a língua geral que competia com a língua portuguesa na efetivação do ensino sob a responsabilidade da Companhia de Jesus. Se Portugal desejava vencer o período de atraso, precisava reformular o ensino e estabelecer a língua portuguesa como oficial.

Nessa época, era recorrente a crítica referir-se ao ensino promovido pelos jesuítas como incapaz de promover mudanças e adaptar-se às novas exigências, ou seja, estava em decadência, diziam os adversários. Souza (2011, p.39) citando Azevedo, (1976, p.45) diz que, segundo os críticos, o ensino jesuítico não ensinava o aluno a pensar, mas, sim, “o ensino

jesuítico, diziam os adversários, envelhecera e petrificara em várias gerações e, aniquilando-se nas formas antigas, já se mostrava a adaptar os seus métodos a necessidades novas”.

Diante da insatisfação e do anseio por mudanças, em seu reinado, D. José I tratou de efetivá-las. E as mudanças aconteceram por meio de várias ações promovidas por Marquês de Pombal nas décadas de 50 e 60 do século XVIII. Dentre elas, as mais relevantes dizem respeito ao ensino e à língua, a saber: imposição da língua portuguesa como idioma do Brasil e a obrigatoriedade de ensiná-la, a proibição do uso de qualquer outra língua, e a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759. Sem a presença da Companhia de Jesus na execução do trabalho de ensinar, o estado assume o controle do ensino, como atesta Souza (2011) ao afirmar que o projeto pombalino tinha como principal intenção definir a questão educacional laica e centralizá-la nas mãos do Estado.

A imposição da língua portuguesa como língua oficial do Brasil, executada pelo colonizador, ratifica o que Nebrija, citado por Souza (2011, p.45), dissera no século XV de que “sempre a língua foi a companheira do império” e, também, citado por Gnerre (2009, p.14) “A língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum”.

Nota-se que na opinião de muitos e pelas atitudes e decisões políticas tomadas por Pombal, havia um anseio para que Portugal explorasse definitivamente sua maior colônia e, para isso, impor sua língua era substancialmente necessário. Por meio dela, pôde o conquistador confirmar sua *superioridade*³, disseminar ideias, costumes, ou seja, fixar a cultura lusa. Pôde, enfim, ratificar seu poder sobre o território há mais de dois séculos dominado, mas que, ainda, até por volta de 1750, não tivera dado a ele atenção devida, deixando sob a tutela da Igreja o ensino, por exemplo.

³ *Superioridade* é tomada, no contexto, como impressão que tem o conquistador ao dominar outro povo. Usamos o ponto interrogativo para questionar e ironizar essa superioridade, por defendermos não existir um povo superior ao outro e, sim, povos diferentes.

Naquele momento, com a descoberta das minas de ouro e a influência exercida pela Igreja era cada vez maior, urgia mudar a atitude em relação à colônia brasileira. Isso se evidencia nas palavras de Gnerre (2009, p.14) referindo-se à interpretação dada por João de Barros acerca da postura portuguesa em estabelecer-se na terra conquistada e importância da língua para efetivar os objetivos colonialistas:

João de Barros, quase cinquenta anos depois, apresentava uma visão mais articulada: a língua é para ele (*no Diálogo em louvor da nossa Linguagem*) um instrumento para a difusão da “doutrina” e dos “costumes”, mas não somente instrumento de difusão, pois “as armas e os padrões portugueses [...] materiais são e pode-os o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e a linguagem que os portugueses nesta terra deixaram”. Quer dizer, a língua será o instrumento para perpetuar a presença portuguesa, também quando a denominação acabe.

Com objetivos diversos, o fato é que Portugal oficializou, portanto, a língua portuguesa como a língua a ser usada no Brasil. É certo que as línguas nativas continuaram a ser usadas, entretanto, vale supor que, com a chegada cada vez maior de imigrantes lusos e a adaptação dos nativos e dos africanos escravizados aos costumes do colonizador, a língua geral e outros falares tenham entrado num estágio de definimento. Essa proposição encontra respaldo no que expõe Spina (2008, p.296-297) ao afirmar que “o português competiu com o idioma nativo até o século XVIII” [...] e continua dizendo que “o certo é que já em fins do século XVIII o idioma luso havia suplantado o seu competidor”. Mas mesmo assim equivale dizer que, embora os habitantes não deixassem de usar suas línguas, os efeitos da política de oficialização da língua foram sentidos no ensino.

A Língua Portuguesa como disciplina – o que ensinar?

Após oficialização da língua portuguesa no Brasil e a consequente necessidade de ensiná-la, era de se esperar que ela passasse automaticamente a figurar como disciplina curricular, mas isso só ocorreu no século XIX. Pelas mudanças efetivadas por Pombal, exigia-se apenas que fosse ensinada a gramática portuguesa por seis meses, depois o aluno passaria para o estudo da gramática latina. Isso se nota na legislação portuguesa da época que pontua, citada por Souza (2011, p.79 apud PORTUGAL, 1829, p.497).

Sou servido ordenar que os Mestres da Língua Latina, quando receberem em suas Classes os discípulos para lha ensinarem, os instruirão previamente por tempo de seis mezes, se tanto forem necessários para a instrução dos alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por António José dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza e boa ordem, com que he feita.

Nota-se que, embora fosse a língua oficial do Brasil, quanto a seu ensino o português tinha uma função subalterna, servindo de introdução para facilitar a aprendizagem do latim. A propósito, Silva & Cyranka (2009, p.273) lembram que a Língua Portuguesa passa a ser estudada sob a forma de retórica, gramática e poética e

Somente no final do Império essas três disciplinas unificaram-se numa só disciplina que passou a se chamar Português. Este, por sua vez, até fins do século XIX, manteve a gramática e a retórica como seus conteúdos de ensino e componentes curriculares.

Do período de mudanças efetivadas pelo Marquês de Pombal até o final do Império, quase cento e cinquenta anos, Soares (2002) o português continuava a ser ensinado sob a forma de retórica, poética e gramática. Somente mais adiante que elas se unificaram, dando origem à disciplina chamada de Português. A esse respeito, Silva & Cyranka (2009, p.277) também esclarecem que “Assim, falar do ensino da língua, até aqui, é sinalizar a presença da tradição gramatical e retórica, destinada a uma

minoria de “bem-nascidos” para a qual era destinada a escola brasileira.” Adiante, as mesmas autoras (2009, p.278) esclarecem que:

Até os anos 40 do século XX, a disciplina manteve a tradição da gramática e, ao seu lado, da retórica e da poética. Manteve essa tradição porque continuava a ser a mesma a sua clientela, que se restringia àqueles pertencentes dos grupos da elite. Tem-se uma escola para alguns e um ensino da língua portuguesa que satisfaz aos seus interesses culturais. Os manuais didáticos da época apresentavam coletâneas de textos e bastante gramática, buscando preservar o “bom gosto literário” e o “purismo linguístico” dos letrados, com autores consagrados e modelos que deveriam ser imitados. Cabia ao professor, nesse contexto, utilizar os textos dos manuais, analisá-los e propor questões e exercícios aos alunos, aprofundando-se nos estudos da língua.

A ausência do Português no currículo e a falta de professores legalmente instituídos para ministrar as aulas constituíram, certamente, os maiores empecilhos para se efetivar o ensino do português como língua oficial do Brasil. Segundo Soares (1996, p.151), a língua portuguesa só figurou no currículo em 1837, momento em que o regulamento do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, passa a mencionar Gramática Nacional como objeto de estudo. Entretanto somente em 1871, é criado o cargo de “professor de português”. Até aquele período, “o professor de português era, quase sempre, um estudioso da língua e de sua literatura que se dedicava também ao ensino”, por ainda não haver cursos de formação para professores. Os primeiros cursos de formação surgiram apenas a partir da década de 1930 do século XX.

Como vimos, somente mais de um século depois das reformas pombalinas ocorridas em Portugal e nas suas colônias, sobretudo nos contextos linguístico e educacional, em que não só se oficializou a língua portuguesa no Brasil como também ela passou a ser ensinada na escola, é que foi criado o cargo de professor de português e, bem depois, começaram os cursos de formação.

Cumpre-nos mencionar que essa realidade evidencia o pífio interesse das autoridades, resistindo em estender o ensino da língua às

peessoas menos favorecidas, uma vez que isso era privilégio dos bem-nascidos. Para eles, havia os intelectuais oriundos das mesmas elites como responsáveis pelo ensino. Essa situação só iria começar a mudar a partir de meados do século XX, época da gradativa abertura da escola para a classe trabalhadora e também em decorrência do processo de industrialização do Brasil.

A força da tradição gramatical no ensino da língua

O período que se seguiu, após a imposição da Língua Portuguesa como idioma oficial no Brasil e sua inserção no ensino, se bem que levou um tempo para figurar como disciplina curricular, não significou mudanças profundas no modo de ensinar. O ensino do português continuava arraigado na tradição gramatical. Nesse sentido, Pinto (2008, p.363) explica-nos que esse ensino inicia com a valorização dos estudos vernáculos e prossegue com a valorização gramatical, embora sem muita coerência. Segundo o autor:

Entre os estudos gramaticais, tiveram primazia os ortográficos: o tema era polêmico e tratado sem muita coerência, nem base científica. Por isso mesmo, foi este um dos pontos mais controvertidos da história da língua portuguesa.

Para Soares (2012, p.150), essa realidade, em que se nota a presença da tradição gramatical no ensino da língua em pleno século XX, pode ser explicada observando a quantidade de gramáticas produzidas nas primeiras décadas desse século. A autora nos informa que, até por volta da década de 1950, foram dezenas de gramáticas lançadas e, ainda, somadas a elas, as inúmeras coletâneas de textos ou trechos de textos de autores consagrados. Com efeito, essas gramáticas e coletâneas é que davam suporte ao professor para o ensino do português.

Foram numerosas as gramáticas produzidas para o uso escolar nesse período; as de presença mais intensa e duradoura foram, sem dúvida, as de *Gramáticas expositivas* de Eduardo Carlos Pereira (uma para o curso elementar – primeiras séries do ensino médio,

outra para o curso superior – últimas séries desse nível), publicadas em 1907, tendo tido dezenas de edições nas cinco primeiras décadas do século; testemunharam, ainda, a persistência, até os anos 50 do século XX, da gramática como conteúdo autônomo no ensino da disciplina português, as numerosas e bem-sucedidas gramáticas escolares publicadas nos anos 40.

Ter a “gramática como conteúdo autônomo no ensino da disciplina português”, como citado acima, significou uma continuidade da visão que se tinha desde a época da oficialização da língua portuguesa no Brasil. Momento em que o português, como já mencionado, mesmo oficializado, dividia espaço, principalmente, com o latim.

Vale ressaltar que, da oficialização até meados do século XX, decorreram quase duzentos anos em que se praticou o ensino do português arraigado na gramática. Com efeito, esse fato pode, pelo menos minimamente, explicar alguns porquês de até hoje os tópicos gramaticais serem usados largamente em sala de aula para o ensino da língua materna.

A partir da segunda metade do século XX, quando a escola começa a se abrir a uma maior parcela da população, é que a língua passa a ser tratada pela escola de forma um pouco diferente. Soares (2012, p.151) informa-nos que, como consequência das reivindicações das classes menos favorecidas em prol do direito à escolarização, a escola, gradativamente, se abre a essa nova clientela e “democratiza-se a escola, e já não são apenas os ‘filhos-família’, os filhos da burguesia, que povoam as salas de aula, são também os filhos dos trabalhadores” e, assim, ratifica.

É a partir dos anos de 1950 que começa a ocorrer uma real modificação no conteúdo da disciplina português. E isso se dá porque uma progressiva transformação das condições sociais e culturais e, sobretudo, das possibilidades de acesso à escola vai exigindo a reformulação das funções e dos objetivos dessa instituição, o que acarreta, entre outras alterações, mudanças nas disciplinas curriculares.

Como se nota, a inserção da classe trabalhadora na escola exigia não só mudanças estruturais como também uma nova formulação dos

objetivos e funções educacionais. No contexto da língua portuguesa, as transformações se faziam necessárias, uma vez que a nova clientela usava uma variante linguística até então não reconhecida pela escola. De acordo com, Brasil/PCN (1998, p.82), “frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística”.

Apesar dessa nova realidade e necessidade de se abordar a língua de forma diferente, quanto ao ensino do português, Soares (2001, p.154) diz que as mudanças

não alteraram fundamentalmente o ensino dessa disciplina, que continuou a orientar-se por uma concepção de língua como *sistema*, continuou a ser ensino *sobre* a língua, quer como ensino de gramática normativa, quer como leitura de textos para conhecimento e apropriação da língua padrão.

Nesse cenário, simplesmente não se dava devida atenção a atividades imprescindíveis como leitura e escrita. Essa afirmação encontra respaldo no que diz Travaglia (2009, p.101), ao discutir como tem sido o ensino de gramática nas escolas de Ensino Fundamental e Médio do Brasil: “Nas aulas há uma ausência quase total de atividades de produção e compreensão de textos”, assevera o autor. Para tanto, urgia uma nova abordagem docente no ensino da língua. Algumas propostas de mudança ganharam espaço a partir da década de 1960; entretanto, elas se referiam muito mais ao “modo de ensinar”, que qualquer indício de reformulação dos conteúdos. Nos PCN, logo na apresentação da área de Língua Portuguesa, há referência a essa situação em Brasil (1998, p.17).

Na década de 60 e início da de 70, as propostas de reformulação do ensino de Língua Portuguesa indicavam, fundamentalmente, mudanças no modo de ensinar, pouco considerando os conteúdos de ensino. Acreditava-se que valorizar a criatividade seria condição suficiente para desenvolver a eficiência da comunicação e expressão do aluno. Além disso, tais propostas se restringiam aos setores médios da sociedade, sem se dar conta das consequências profundas que a incorporação dos filhos das camadas pobres implicava. O ensino de Língua Portuguesa orientado pela

perspectiva gramatical ainda parecia adequado, dado que os alunos que frequentavam a escola falavam uma variedade linguística bastante próxima da chamada variedade padrão e traziam representações de mundo e de língua semelhantes às que ofereciam livros e textos didáticos.

Como consequência dessa postura no trato da Língua, negavam-se os impactos positivos dos conteúdos trabalhados, negligenciando os conhecimentos neles inerentes e por eles expressos, sobretudo para os alunos oriundos das classes desfavorecidas financeiramente, há pouco inseridos na escola, pois a língua ensinada distanciava-se tanto de sua forma linguística (seu modo de se expressar), como da representação de mundo a que estava inserido. Sobre isso Gnerre (2009, p.15), em seu livro “Linguagem, escrita e poder”, diz que “A língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma sobre a diversidade”.

Vale ressaltar, ainda, que um ensino assim, sob o jugo puramente gramatical, sem considerar a diversidade de que fala o autor, com relevância quase que total à norma padrão, é, no mínimo, questionável quanto a sua efetividade na vida social do indivíduo. Entendemos que sua aplicação em sala de aula não só mitiga iniciativas de interação, compreensão e expressão, como tende a reforçar o aspecto normativo e controlador das ações e reflexões a serem efetivadas pelo aluno usuário da língua. Equivale dizer que o aluno, como ser histórico e social que é, não deve ser influenciado por determinações representativas de outrem que negam ou firam sua condição linguística e cerceiam seus direitos. Pelo contrário, faz-se necessário um ensino de língua em que favoreça ao aluno agir individual, social e profissionalmente de maneira livre e construtiva, de maneira que suas ações sejam autênticas e conscientes para que também seja autor de sua existência e não objeto dela.

Defendemos que um ensino, em que sejam considerados aspectos normativos, mas sem prescindir do valor das diferenças linguísticas existentes e presentes nos usos cotidianos, seja possível de ser realizado e precisa ser desenvolvido em sala de aula, nas aulas de português. Isso é possível por meio do entendimento da língua como corpus social, passível

de variedades e com possibilidades múltiplas no uso cotidiano tanto de forma oral como escrita.

A força da tradição gramatical no ensino da língua, ainda presente em muitas práticas docentes, de que trata este subitem, decorre de vários fatores, dentre eles reside na concepção que se tem da língua. Vale ressaltar que essas concepções que sustentam a língua como sistema contrastam com a concepção que acima defendemos. Para que fique mais compreensível, a concepção por nós defendida considera a língua como *corpus* social, a qual norteou as análises e as discussões adiante.

O ensino da Língua *antes* dos PCN de Língua Portuguesa

Antes de discorrermos sobre o que expõem os PCN de LP, é justo que façamos uma exposição analítico-reflexiva acerca de como acontecia o ensino de Língua Portuguesa no período anterior a 1998, especificamente em toda segunda metade do século XX. É necessário ponderar que as considerações acerca da realidade de como era o ensino do português se sustentam no que escreveram os autores, nas concepções construídas ao longo do tempo por meio de leituras diversas, na nossa própria prática docente, nos relatos de colegas e por todo um conjunto de eventos em que se discutia o assunto em questão.

Como expusemos na seção anterior, ainda influenciado por uma tradição que remonta, aqui no Brasil, desde meados do século XVIII, o ensino da Língua era efetivado (e ainda o é por muitos professores de português) levando em consideração acentuadamente as prescrições gramaticais. Era comumente perceptível esse ensino praticado, segundo a concepção de língua como sistema, apenas por meio dos conteúdos descritos na relação de “conteúdos programáticos”, encontrados nos planos de ensino, e seguidos à risca pela quase totalidade dos professores, sem levar em conta a língua como instituição social, dinâmica e mutável no tempo e no espaço. Essa realidade, a presença gramatical e a língua como sistema, encontra consonância nas palavras de Barros (2008, p.7), citando Marcuschi (2000), ao dizer que:

na década de 60 do séc. XX, chega aos cursos de Letras a Ciência Linguística que, em termos de conhecimento, ainda é bastante nova. Da forma como chega aos cursos de formação, traz consigo as teorias estruturalistas, em a que língua é uma estrutura, um *sistema deregras*, conforme a teoria gerativista. Nesse sentido, o ensino de língua perpassa tal visão, popularizando-a nas gramáticas pedagógicas como predomínio de ensino de gramática. Há a evidência da análise de “*erro*”, pois se a língua é considerada em sua imanência, é constante, permanente.

Com efeito, desconsideravam-se os processos evolutivos aos quais toda língua está sujeita, logo se dava pouca atenção ao uso da língua no cotidiano. Era como se houvesse duas línguas: a ensinada pela escola, considerada como correta, e a usada pelo falante em suas interações cotidianas. Talvez essa questão seja a que mais contribuiu para que o português ganhasse a alcunha de difícil, causando certa aversão aos alunos e intensificando o preconceito quanto às demais variantes da língua usadas no dia a dia.

Apesar de ter havido um período de tempo em que se deu outro enfoque ao ensino da língua (período do governo militar), muito mais como instrumento de comunicação que como sistema, é fato que as atividades gramaticais continuaram presentes nas aulas de português.

Do Golpe ocorrido em 1964, quando da deposição do Governo de João Goulart e os militares tomam o poder e passam a comandar a Nação, resultaram grandes mudanças em várias questões nacionais, dentre elas, no contexto educacional. Aqui, neste trabalho, interessa-nos, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5.692 de 1971. Com a ascensão dessa nova corrente ideológica ao poder, era previsível que a disciplina de Português sofresse alterações, uma vez que os novos detentores do poder precisavam propagar sua ideologia para, assim, sustentar-se no lugar em que se encontravam e atender as necessidades do modelo industrial econômico que estava sendo implantado.

Diante dessa nova realidade, equivale dizer que o ensino do português passou, então, para o foco da comunicação, como se verifica no parágrafo 2º, do art. 4º da Lei de Diretrizes e Base da Educação, a 5.692 de

1971, “No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira”.

Pode-se acreditar, inicialmente, que fora apenas troca de nomenclatura, com singular mudança no efetivo ensino da disciplina, mas foi muito mais que isso. Segundo Soares (2012, p.154), há uma mudança substancial na abordagem da língua, visto que passa da “concepção da língua como sistema, prevalente até então no ensino da gramática”, para a “concepção da língua como comunicação”. Essa nova concepção considera a língua como um código; logo, basta aos interlocutores dominar esse código para o ato comunicativo.

Além das mudanças anteriormente citadas, com a aprovação da nova LDB, Soares (2012, p.153-154) diz que se mudou não apenas a denominação dos níveis de ensino de fundamental e médio para 1º e 2º graus, mas também a nomenclatura da disciplina *Português* de outrora, de acordo com os níveis de ensino. A disciplina Português, então, torna-se *Comunicação e Expressão* para o 1º segmento do 1º grau (1ª à 4ª série); *Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa*, para o 2º segmento (5ª à 8ª série), e a denominação *Língua Portuguesa e Literatura Brasileira*, como disciplina para o 2º grau.

A nova lei que, sob a égide desse governo, reformulou o ensino primário e médio, punha a educação, segundo os objetivos e ideologia do regime militar, a serviço do desenvolvimento; a língua, no contexto desses objetivos, e dessa ideologia, passou a ser considerada instrumento para esse desenvolvimento.

Esse ensino que até pouco tempo se fundamentava em tomar a língua como sistema, nesse período, é posto como instrumento de comunicação, adequada aos objetivos da nova ideologia que se instalara no Brasil. Com efeito, essa mudança, amparada principalmente pela Teoria da Comunicação, torna o ensino utilitário, voltado para a oralidade, na troca ininterrupta de mensagens entre os usuários da língua, por conseguinte, essa interlocução se apresenta menos normativa e menos rigorosa.

Isso se nota em Jakobson (2010, p.26) quando, em seu livro “Linguística e Comunicação”, assevera que “a realidade fundamental com que tem de se haver o lingüista é a interlocução – a troca de mensagens entre emissor e receptor, entre remetente e destinatário, entre codificador e decodificador”.

O ensino agora deve focar o desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão de mensagens no uso da língua; isto é, de acordo com Soares, (2012, p.154) objetiva “aperfeiçoar os comportamentos do aluno como emissor e receptor de mensagens, através da utilização e compreensão de códigos diversos – verbais e não verbais”.

Nesse contexto, a presença da gramática no ensino da língua, Soares (2012, p.154), “é minimizada” e surge, no período, a polêmica “sobre ensinar ou não ensinar gramática na escola fundamental”. A mesma autora informa que a partir desse momento é que surgem nos livros didáticos textos diversos, oriundos de jornais e revistas, histórias em quadrinho, textos publicitários e de humor; todos esses gêneros passam a conviver com os textos literários. A inserção dessa variedade de textos dos mais diversos gêneros contribuiu para a ampliação do conceito de leitura, no sentido de ser efetivada também nos textos não verbais.

Essa concepção utilitarista no uso e ensino da língua não surtiu efeito desejado. As críticas a essa postura, aliadas ao desejo e necessidade de mudanças na concepção de língua e, conseqüentemente, no seu ensino, respaldadas pelas novas teorias linguísticas que surgiam, deram o tom na busca e efetividade de um novo enfoque no ensino do português. E isso ocorreu pouco tempo depois.

Com a abertura política⁴, em meados de 1980, resultado de manifestações populares e discussões intensas, em que se debatiam inúmeros temas, a questão da Língua Portuguesa e de seu ensino não ficou à margem dos debates e mudanças. Mudou-se não apenas a

⁴ Fim do período do Governo Militar, com a escolha do Presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 1985.

nomenclatura: de *comunicação e expressão* e *comunicação em língua portuguesa* para novamente *Português*, como também se agigantou uma nova abordagem no tocante à língua e seu ensino, sobretudo pelas contribuições da Sociolinguística, da Psicolinguística, da Pragmática e da Análise do Discurso, como Soares, (2012, p.155), informa: “só nos anos 1980 essas ciências chegam à escola, “aplicadas” ao ensino da língua materna”. Quanto a essa questão, também Marcuschi (2008, p.39), diz que as ciências da linguagem contribuíram para as mudanças de concepção no ensino da língua: “nos anos de 60 do século XX, novas tendências que fugiam à linguística hegemônica. Eram linhas de trabalho que buscavam a linguagem em seus usos efetivos”.

As contribuições das ciências linguísticas, as produções e discussões nesse segmento, empreendidas nas universidades, as consequentes mudanças, ainda tímidas, que passaram a fazer parte da prática docente confirmaram a necessidade de mudanças e a criação de instrumentos legais que referendassem a nova postura que já se delineava há algum tempo.

Em 1996, passada uma década da abertura política, para atender as novas demandas sociais, econômicas e ideológicas em voga, foi promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, 1997, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mesmo que ainda haja práticas no ensino do Português arraigadas aos ditames de outrora, o fato é que os PCN trouxeram outras possibilidades, novos parâmetros para esse ensino.

Considerações finais

Conhecer a história da Língua e identificarseus desdobramentos, sobretudo relativos a seu ensino no decorrer do tempo, considerando sua importância e mudanças havidas, pode ser condição necessária para promover ações que, paulatinamente, contribuam com a melhoria no ensino do português em sala de aula. Neste trabalho, focamos o percurso da Língua, desde sua chegada aqui no Brasil, o contato com as línguas aqui

existentes, bem como seu ensino na escola. Destacou-se o percurso pelo qual passou esse ensino, mencionando as mudanças mais relevantes até à implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – em 1998.

Verificou-se que a implantação do português neste país, por Marquês de Pombal, lá no distante ano de 1750, foi uma ação muito mais política que qualquer outro objetivo. Efetivar a Língua Portuguesa naquele período representou subjetivamente fixar definitivamente o poderio da Coroa Portuguesa, impedindo que demais Nações que aqui já estavam representadas, como holandeses e espanhóis, o fizessem e suplantando, paulatinamente, as tradições, os costumes e a grande quantidade de línguas indígenas aqui usadas pelos nativos.

Resultado desse objetivo, o de oficializar a Língua Portuguesa, houve maior controle sobre os que aqui viviam, usados para a exploração dos recursos naturais com vistas à manutenção econômica da Coroa Portuguesa. É justo, e ao mesmo tempo revoltante, mencionar que essa ação representou, e ainda representa, o arrefecimento dos povos indígenas, de seus costumes, tradições, de sua cultura; nessa última, a perda maior é inegavelmente o desaparecimento de inúmeras línguas indígenas.

Deste estudo, foi possível reler o passado do ensino da Língua materna e, a partir disso, reconhecer as etapas pelas quais passou. Refletir sobre essa dinâmica, possibilitou compreender que houve avanços nesse ensino, sobretudo no que tange à superação do aspecto puramente gramatical em prol de um mais voltados às práticas de linguagem. Apesar dos avanços, muito, ainda, precisa ser feito para que o ensino alcance uma dimensão que considere a língua como organismo vivo, dinâmico e social, longe das amarras e esterilidades, muitas vezes, perpetradas pelas questões gramaticais.

Enfim, reafirmamos que, para que mudanças positivas quanto ao ensino da Língua Materna sejam possíveis, há a necessidade de se conhecermos origens e evolução da língua e de seu ensino aqui no Brasil. Tão importante como conhecer a história linguística deste país, é refletir acerca de que ensino promover, com quais objetivos, ao que e a quem

atender. Com uma postura reflexiva, o professor de português certamente será capaz de promover ensino da língua cada vez mais profícuo de modo a potencializar o aluno a alcançar sua autonomia como cidadão para que, como já dissemos, seja autor de sua história e não objeto dela.

Referências

- BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. A língua portuguesa na escola: percurso e perspectiva. *Interdisciplinar*, v.6, n.6, p.35-56, jul./dez. 2008.
- BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua Portuguesa*. Brasília: SEE/MEC, 1997.
- GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto Pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v.12, p.26, 2007.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. A Língua Portuguesa no Brasil. *In Línguas do Brasil. C iência e Cultura. Revista da SBPC*. Ano 57, n.2, abr./jun. 2005.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- HAUY, Amini Boainain. Origem e Formação da Língua Portuguesa. *In: SPINA, Segismundo (org.). História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2008.
- LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- MARTINS, José de Souza. A proibição da língua brasileira. *Folha de São Paulo*, 20 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/manifesto/nheenga2.html>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- MASSAUD, Moisés. *A literatura portuguesa*. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SILVA, Vanessa Souza da & CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. A Língua Portuguesa na escola ontem e hoje. *Linhas Críticas*, Brasília, v.14, n.27, p.271-287, jul/dez2009. ISSN 1981-0431.

SPINA, Segismundo. A projeção da língua com a expansão navegatória. In: SPINA, Segismundo (org.). *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2008.

SOARES, Magda. História de uma disciplina curricular. In BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002b.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Álvaro César Pereira de. Sob as luzes das reformas Pombalinas da instrução pública: a produção dicionarística luso-brasileira. São Cristóvão, 2011. *Dissertação de Mestrado*.